

Fascismo e Contrainsurgência: Esboço sobre contribuições da teoria marxista da dependência em relação ao caráter dos Estados de exceção na América Latina

Fascism and Counter-Insurgency: An outline of the marxist dependency theory contributions on the nature of the states of exception in Latin America

Gustavo Santos da Silva*

Resumo

Neste artigo se almeja recuperar brevemente algumas contribuições da teoria marxista da dependência em torno da questão dos Estados de exceção na América Latina. Ainda pouco explorado no Brasil, o conceito de Estado Contrainsurgência em Ruy Mauro Marini nos permite refletir sobre as particularidades e finalidades que tomam os Estados autoritários (ditaduras ou não) nos países de capitalismo dependente. Como marco histórico, retomarei o debate protagonizado em 1978 no periódico *Cuadernos Políticos* por Pío Garcia, Augustin Cueva, Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos. O fundo histórico da discussão se passa em torno da abertura lenta e gradual da ditadura civil-militar brasileira, simbolizada pela lei de anistia (1979), e a política de direitos humanos promovida pelo presidente estadunidense Jimmy Carter (1977-1981), na qual foi modificada a estratégia geopolítica dos EUA para a América Latina.

Palavras-chave: Estado de Contrainsurgência; Fascismo na América Latina; teoria marxista da dependência.

Abstract

This article aims to briefly recover some contributions of the Marxist theory of dependency on the issue of Latin America states of exception. Still poorly known in Brazil, the concept of State Counter-insurgency in Ruy Mauro Marini allows us to reflect upon the particularities and purposes of authoritarian states (dictatorships or not) in the countries of dependent capitalism. As a historical mark, I will retake the debate in 1978's journal "Cuadernos Políticos" by Pío Garcia, Augustin Cueva, Ruy Mauro Marini and Theotonio dos Santos. The historical background of the discussion is about the slow and gradual opening of the Brazilian civil-military dictatorship, symbolized by the Amnesty Law (1979), and the human rights policy promoted by US President Jimmy Carter (1977-1981), in which the US geopolitical strategy for Latin America was modified.

Keywords: Counterinsurgency State; Fascism in Latin America; Marxist theory of dependence.

* Mestrando pelo programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.

Introdução

Há 40 anos era emitido o decreto de anistia política¹ na ditadura civil-militar que assolava o Brasil desde 1964. Esse processo de 15 anos que conduziu milhares de brasileiros ao cárcere, à tortura e à clandestinidade, também afetou gravemente a formulação do pensamento crítico e social endógeno no país. Toda uma geração (ao menos) foi privada de ter contato com mentes originais que formulavam ciência atrelada a revolução social. O marco desses 15 anos ainda demonstrava o sintoma das profundas transformações pelas quais passou o Brasil ao consolidar seu caráter subimperialista na região durante o período (1964-1979).

Dentro desse contexto, teóricos como Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, entre outros intelectuais que formularam a original contribuição ao marxismo chamada teoria marxista da dependência foram penalizados não apenas com impossibilidade de viver em suas pátrias, mas também de tornar conhecidas suas elaborações, o que foi agravado por uma série de deturpações de suas formulações por adversários intelectuais/políticos², seja intencionalmente ou por incompreensão da originalidade emitidas

¹ Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979

² Para citar apenas um clássico de deturpação das elaborações dos teóricos marxistas da dependência ver SERRA, José e CARDOSO, Fernando Henrique, "As desventuras da dialética da dependência" In: Estudos Cebrap, São Paulo, n. 23, p. 33-80, 1979. Artigo esse que centrava as críticas as teses de Marini sob acusação de que essas condenavam as economias latino-americanas a inevitável estagnação. A resposta de Marini foi redigida ainda em 1978 no artigo "As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra)" inédito no Brasil até o ano 2000 (Marini, 2000c, pp. 167-241).

nos novos conceitos como: superexploração da força de trabalho³, intercâmbio desigual⁴ e subimperialismo⁵.

³ Confundida com categorias como taxa superior de mais-valor, circulacionismo, sinônimo de mais-valor absoluto, entre outras, a categoria superexploração da força de trabalho é definida por Marini como o fundamento da dependência, que consiste na tendência negativa do valor contida na lei do valor, onde a força de trabalho é submetida a mecanismos que permitem rebaixar seu valor transferindo para o fundo de acumulação através de formas como: o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor; o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais, o aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais e/ou hiato entre o pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho. Tal conceito aparece pela primeira vez no ensaio “Dialética da Dependência” (1973): (Luce, 2018, pp. 135-196); (Marini 2000, pp. 105-166).

⁴ Marini define o intercâmbio desigual da seguinte forma: “Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias exprime a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática se observam diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis de intercâmbio e que se expressam na maneira como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias (...) É assim como, por efeito de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribuem a fixar. Isto se expressa, para a nação favorecida, em um lucro extraordinário, similar ao que constatamos ao examinar de que maneira se apropriam os capitais individuais do fruto da produtividade do trabalho. É natural que o fenômeno se apresente sobretudo a nível da concorrência entre nações industriais e menos entre as que produzem bens primários, já que é entre as primeiras que as leis capitalistas de intercâmbio se exercem de maneira plena; isto não quer dizer que não se verifique também entre estas últimas principalmente quando se desenvolvem ali as relações capitalistas de produção.

No segundo caso- transações entre nações que intercambiam distintos tipos de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas – o mero fato de que umas produzem bens que as demais não produzem, ou não o podem fazer com a mesma facilidade, permite que as primeiras eludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual. Isto implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem. E que esta cessão ou transferência se acentue em favor daquele país que lhes vende mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, mesmo se não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais alta.” (Marini, 2000b, pp.120-121).

⁵ A categoria subimperialismo poder ser compreendida como um estágio desenvolvido do capitalismo brasileiro consolidado com a ditadura civil-militar inaugurada em 1964, onde o traço fundamental se realiza através da cooperação antagônica na integração da economia brasileira ao imperialismo. Tal integração se realiza em posição subalterna, ou seja, sócio menor do imperialismo, sendo chamado por Castelo Branco como “política de interdependência continental” e de “barganha real” por Golbery do Couto e Silva, onde não sendo possível o Brasil escapar da influência dos EUA, cabia somente aceitar de forma consciente a submissão e buscar uma associação vantajosa em que se garantisse um quase monopólio brasileiro no Atlântico Sul. Desse modo Marini compreende o subimperialismo como a extensão do imperialismo estadunidense na América Latina, onde esse caráter que adquire o capitalismo brasileiro demanda de sua burguesia a intensificação da exploração da classe trabalhadora como forma de compensar a baixa competitividade de suas mercadorias nos mercados externos, proporcionando uma extração de uma massa maior de mais-valor. (Marini, 2000b, pp. 49-72).

Em 1978 a revista mexicana *Cuadernos Políticos*⁶ publicava um rico, denso e polêmico debate protagonizado por Pío García, Agustín Cueva, Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos sobre a questão do fascismo na América Latina. O debate girava em torno da questão de existência ou não de fascismo na América Latina (principalmente no que se referia as ditaduras então vigentes). Caso a resposta fosse positiva, que tipo de fascismo seria esse? Um fascismo dependente? Um fascismo *criollo*?

Antes de reproduzir as contribuições específicas dos autores citados sobre a questão do fascismo e dos Estados de exceção em países de capitalismo dependente, precederei rumo a uma introdução sobre a necessidade de (re)conhecer e reatualizar o conceito de Estado de Contrainsurgência frente à atual conjuntura histórica latino-americana. Ainda de forma breve, buscarei situar as mudanças de conjuntura geopolítica em que se inseria o debate e o momento em que se encontrava a atuação dos teóricos marxistas da dependência, sobretudo Ruy Mauro Marini em torno do decreto da lei de anistia e distensão política da ditadura brasileira.

Atualidade do debate em torno do caráter dos Estados de exceção na América Latina

Em 2019 se comemora 10 anos do golpe de Estado em Honduras que depôs o presidente Manuel Zelaya. Desde então, Honduras viveu mais dois golpes de Estado, ambos de caráter eleitoral que impediram a oposição de ascender ao governo. Nesses 10 anos a pobreza no país passou de 58% para 70%, chegando a pobreza extrema a afetar 36% da população (UNICEF, 2019)⁷. A crise inaugurada com o processo golpista acentuou ainda a superexploração da força de trabalho e conduziu o país a grave crise humanitária e migratória na América Central, consolidando como a região com o maior índice de homicídios no planeta (Prensa Latina, 2019)⁸. Essa situação foi agravada pelas centenas de assassinatos de

⁶ O periódico *Cuadernos Políticos* foi publicado entre 1974-1990 pela Editorial Era, e reunia em torno de sua elaboração uma ampla gama de intelectuais prestigiados e exilados no México devido as ditaduras que assolavam seus países de origem. Seu conselho editorial era composto por: Bolívar Echeverría, Ruy Mauro Marini, Carlos Pereyra, Adolfo Sanchez Rebolledo e Neus Espresate. Atualmente a leitura é disponível no sítio da Universidad Autónoma de México (UNAM): <<http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/>>.

⁷ Disponível em: <<https://www.unicef.org/ODM1.pdf>>, acesso em 27/08/2019.

⁸ Disponível em: <<https://www.prensa-latina.cu/index.php?o=rn&id=289619&SEO=honduras-uno-de-los-paises-mas-violentos-de-centroamerica-segun-onu>>, acesso: 23/08/2019.

líderes sociais, entre os quais o de maior expressão foi o homicídio da líder cam-pesina Berta Cáceres em 2 de março de 2016⁹.

A situação de golpe parlamentar se repetiria em 2012 no Paraguai, des-tituindo o governo de Fernando Lugo, primeiro a quebrar a hegemonia do bi-partidarismo entre Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) e Partido Colorado vigente desde dos anos 1870 (fim da Guerra da Tríplice Aliança). Circunstância reprisada sob forma mais sofisticada no Brasil em 2016, com a destituição da pre-sidenta Dilma Rousseff, antecedida pelo ataque econômico-midiático ao pero-nismo, possibilitando a subida de Mauricio Macri à presidência da Argentina. Além disso a obscura ascensão de Lenín Moreno no Equador, que ao sair vitorio-oso do pleito como candidato continuador da *Revolución Ciudadana* colocou em prática o programa neoliberal derrotado nas urnas, se alinhando ao Consenso de Washington, esvaziando espaços de integração regional como a UNASUR, para-lisando os acordos de paz entre o governo colombiano e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN); e reforçando em conjunto com os governos filo-fascistas de Ivan Duque (Colômbia), Jair Bolsonaro (Brasil) e o Grupo de Lima o cerco e a hostili-dade imperialista à República Bolivariana da Venezuela, à Nicarágua e a Cuba, *tríade* considerada pelo governo dos EUA como novo “eixo do mal” (RT, 2019)¹⁰.

Essa particular conjuntura, inaugurada com o golpe de Honduras (2009), coincide cronologicamente com a eclosão da crise internacional do capital em 2008 e, nos permite pensar uma reconfiguração da contrarrevolução na América Latina, tendo como premissa que a política de contrarrevolução ou doutrina de contrainsurgência (que abordaremos ao longo do artigo) não é aplicável apenas em casos de possibilidades de rupturas revolucionárias. Também é aplicável quando determinadas reformas implicam modificações desfavoráveis à acumu-lação calcada na superexploração da força de trabalho, assim como quando se modifica a correlação geopolítica em desfavorecimento ao centro imperialista estadunidense e se desenvolvem políticas do ponto de vista estratégico que al-mejam algum tipo de soberania/autonomia nacional sob perspectiva econômica, leia-se a negação à transnacionalização de determinados recursos estratégicos.

Pouco antes da finalização do presente artigo, tomamos conhecimento de

⁹ Berta Cáceres (1971-2016) foi uma destacada liderança popular, indígena, cam-pesina, feminista e ambientalista em Honduras, foi uma das fundadoras do Consejo Cívico de Organizaciones Popu-lares e Indígenas de Honduras (COPINH), sendo ativa na resistência e mobilização popular contra o Golpe de Estado que depôs o presidente Manuel Zelaya em 28 de junho de 2009; foi assassinada por paramilitares em 2 de março de 2016 na cidade hondurenha de La Esperanza, departamento de Intibucá.

¹⁰ Disponível em: <<https://actualidad.rt.com/actualidad/312045-eeuu-imponer-nuevas-sancio-nes-cuba-venezuela>>, acesso: 28/08/2019.

acontecimentos *en pleno desarrollo*¹¹ que serão fundamentais para os desdobramentos das lutas de classes na América Latina e que reforçam a urgência sobre a necessidade de compreensão da natureza das contrarrevoluções e dos Estados de exceção na região. O governo plurinacional da Bolívia, liderado pelo presidente Evo Morales e o Movimiento al Socialismo (MAS) é sucumbido por um golpe militar, no qual perpassam interesses estratégicos geopolíticos/econômicos, sobretudo quanto à produção de lítio (National Geographic, 2019)¹², incrementados por fatores da correlação das classes sociais internas, motivados por um combustível de conteúdo racista, que fornece uma tonalidade ao neoliberalismo na Bolívia semelhante a um tipo de *apartheid* (Kohan, 2019)¹³.

A situação regional se torna ainda mais complexa devido as imensas mobilizações populares como resposta ao genocídio neoliberal em Equador, Chile e Haiti, e com o retorno do peronismo ao governo argentino através da vitória eleitoral de Alberto Fernández e Cristina Kirchner, que apontam em alguma medida, para uma falência precoce da sustentabilidade de tal modelo econômico sem o uso intensivo da força como método de coerção.

Transição a “democracia viável”, a nova política de direitos humanos de Jimmy Carter para a América Latina

Em 1977, ano que o democrata Jimmy Carter assumiu a presidência dos EUA, Ruy Mauro Marini, em seu segundo exílio no México¹⁴, passou a publicar uma série de artigos sobre a mudança estratégica da política estadunidense para a América Latina. O primeiro desses artigos foi redigido em inglês chamado *A new face of counterrevolution* (Marini, 1977)¹⁵, no qual avaliava as mudanças internas no Brasil e em outros países da região em ritmo que indicava a passagem das ditaduras vigentes para “democracias viáveis” ou “democracias governáveis”,

¹¹ Referência à Walter Martínez, jornalista uruguaio e correspondente de guerra conhecido pelo bordão “en pleno desarrollo” no seu programa televisivo sobre geopolítica chamado Dossier, no ar na televisão venezuelana desde 1990.

¹² Disponível em: <<https://nationalgeographic.sapo.pt/ciencia/grandes-reportagens/2042-litio-na-bolivia-a-febre-do-ouro-branco>>, acesso em: 13/11/2019.

¹³ Disponível em: <<https://www.lahaine.org/mundo.php/golpe-de-estado-en-bolivia-2>>, acesso em: 16/11/2019.

¹⁴ Com o golpe de 1964 Marini se desliga da UnB onde lecionava e se desloca ao Rio de Janeiro onde é preso em maio de 1964 sendo torturado sistematicamente no Centro de Informação da Marinha (Cenimar). Recebendo *habeas corpus* parte para seu primeiro exílio no México, sendo acolhido na UNAM. Em 1969 migra para o Chile devido a perseguição e censura enfrentada na universidade mexicana, onde era ativo tanto politicamente como dirigente do Movimiento de Izquierda Revolucionário (MIR), quanto academicamente no Centro de Estudios Socioeconômicos (Ceso). Com o golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile se refugia no Panamá e retorna a UNAM no mesmo ano. Com a lei de anistia (1979) regressa ao Brasil depois de 15 anos e retorna definitivamente a sua pátria de nascimento em 1984.

¹⁵ Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/345_new_face_counterrevolution.pdf>, acesso: 22/08/2019.

na qual a tutela ou a transição para as novas “democracias” poderiam ser geridas por um quarto poder (exercido pelas forças armadas).

A proposição de tal tendência na modificação do semblante dos Estados na América Latina ao ser defendida em encontros como o do Núcleo de Estudos do Caribe e da América Latina (NECLA, 1977) esbarrou com forte resistência e oposição inclusive entre antigos colaboradores de Marini, como André Gunder Frank. O prolífico debate da ocasião acabou resultando em ensaios de magnitude extra-conjunturais, sucedendo não apenas na citada edição de *Cuadernos Políticos*, mas também em outros artigos publicados na *Monthly Review en Castellhano* (Espanha), *Cuadernos del Celta* (México), *Socialism in the world* (Iugoslávia), *Boletín de la Asociación Latinoamericana de Información*, entre outros (Marini, 2011, pp. 105-106).

Fugindo de uma interpretação anacrônica, e sabendo que a URSS desaparecia em 1991, e a República Federal da Alemanha (RFA) anexaria a República Democrática Alemã (RDA) um ano antes, é possível recuperar o contexto da segunda metade dos anos 1970 em que os EUA, acumulavam uma série de derrotas, principalmente no plano ideológico na Guerra Fria. Regimes coloniais apoiados pelos EUA eram implodidos por processos de liberação nacional como Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, além do desmoronamento de ditaduras como a de Somoza na Nicarágua pelos sandinistas com apoio de Cuba e da URSS (1979), da revolução socialista no Afeganistão em 1978, da Revolução Iraniana em 1979 e da queda de regimes de extrema-direita na periferia da Europa como Portugal, Espanha e Grécia. Os EUA perdiam prestígio e autoridade no plano internacional ao apoiar ditaduras genocidas na América Latina (Brasil, Chile, Uruguai, Argentina) e regimes como o de segregação racial (*apartheid*) na África do Sul.

A chegada de Jimmy Carter na Casa Branca marcaria pela primeira vez desde o fim da II Guerra Mundial um governo nos EUA que assumiria a pauta dos direitos humanos (pelo menos enquanto elemento retórico na política externa), ao mesmo tempo em que as ditaduras do Cone Sul ocupavam até então um papel de desenvolvimento atrelado ao capital financeiro-internacional, com o objetivo de desenvolver sua condição subimperialista em posição de sócio menor do imperialismo estadunidense (Brasil), ou então se situavam como laboratório de experiências desindustrializantes/neoliberais (Chile, Argentina), no qual a subordinação ainda buscava liquidar os movimentos revolucionários locais e as bases sociais, sindicais e populares. Essas mesmas ditaduras ganhavam no final dos 1970 contornos não esperados pelo imperialismo, quando passam a almejar alguma autonomia em relação aos EUA, com exceção do Chile, elemento que nos permite traçar a hipótese do por quê justamente a ditadura de Pinochet teria sido a última a cair da cooperação Condor¹⁶.

¹⁶ O Plano Condor foi uma coordenação político-militar de inteligência entre as ditaduras do Cone Sul e a CIA que se articulou entre 1968 e 1989.

O Brasil com a ascensão do grupo do General Geisel à presidência (1974-1979), estabelecia modificações significativas tanto no plano da política interna, quanto da externa. A política de direitos humanos de Carter coincidia com a proposta de Geisel de “distensão lenta, gradual e segura” da ditadura para uma “democracia governável”. No âmbito das relações internacionais, o Brasil com Geisel passava à política do “pragmatismo responsável”, retomando relações com a República Popular da China e com a URSS, reconhecendo a independência das jovens repúblicas que germinavam na África, e se abstendo das sanções a Cuba, e do intervencionismo na Nicarágua e na Guatemala (Moniz Bandeira, 2011, pp. 124-127). Política totalmente contraditória com fatos internos ocorridos na mesma época como a Chacina da Lapa (1976)¹⁷ e o assassinato do jornalista Vladimir Herzog (1975), apenas para citar dois conhecidos episódios.

Frente à tentativa de relativa autonomia de ditaduras como as de Brasil e Argentina, no final dos 1970, foi inevitável a modificação da estratégia dos EUA para a região. Além das questões diplomáticas citadas acima, o Brasil tentou durante o governo Geisel incrementar o capitalismo de Estado, promovendo tentativas como o Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha (Moniz Bandeira, 2011, pp. 123-124), e o acordo tecnológico-comercial com a URSS no valor de US\$ 5 bilhões (1981) (Moniz Bandeira, 2014, pp. 284-292). Essa e outras questões como a reivindicação histórica das Ilhas Malvinas pela Argentina, que resultou no conflito militar com a Inglaterra, que geraram profundo mal-estar entre os EUA e as ditaduras. Esse era o contexto paradoxal e complexo em que Marini, Theotonio dos Santos, Cueva e outros intelectuais se debruçavam para compreender a anatomia dos Estados autoritários e de exceção na América Latina, que se modificam rumo a processos de “redemocratização”.

O Estado de Contrainsurgência e o fascismo na América Latina

Intitulado *La cuestión del fascismo en América Latina*, o debate na revista *Cuadernos Políticos* começava pela exposição introdutória de Pío Garcia, no qual enumerava três questões principais para se debruçar sob o problema. Primeiro, colocava que para além de aceitar ou não a caracterização de fascismo para as ditaduras latino-americanas, tal caracterização implica diretamente a tática e a estratégia de enfrentamento a tais regimes.

Segundo, com o advento de Carter na Casa Branca, se estendiam os esforços e o almejo para a transição das ditaduras às “democracias tuteladas”, no contexto já citado de perda de legitimidade estadunidense no plano geopolítico e

¹⁷ A Chacina ou Massacre da Lapa, foi uma operação do exército brasileiro que executou três membros do Comitê Central do PC do B (Pedro Pomar, Ângelo Arroyo, no local e João Batista Franco Drummond, sob tortura), quando se reuniam numa casa no bairro da Lapa (São Paulo) em 16 de dezembro de 1976.

das derrotas ideológicas e políticas que vinham sofrendo na Guerra Fria. Seria necessário então o estabelecimento de formas de governos mais flexíveis nos países aliados à estratégia imperialista do país do norte. Por último, se a questão da caracterização como fascista (ou não) das ditaduras na América Latina implicava diretamente a tática e a estratégia de enfrentamento a essas, logo implicaria também o plano das alianças políticas a serem estabelecidas pelos partidos e agrupamentos operários e revolucionários. Frente ampla ou frente de classe?

O equatoriano Augustín Cueva iniciava sua colaboração ao tema retomando a contribuição leninista de Dimitrov, assinalando que a caracterização de um regime como fascista está longe de constituir uma fórmula capaz de revelar qual é a linha política concreta e correta para seguir ao enfrentamento de tais regimes. A caracterização de um governo ou Estado como fascista não encerra a análise da situação nacional. Diria Dimitrov que o fascismo adota formas diferentes em cada país, segundo as condições históricas, econômicas e sociais específicas, de modo que uma ditadura fascista poderia até mesmo manter a estrutura eleitoral da democracia liberal.

En unos países, principalmente allí donde el fascismo no cuenta con una amplia base de masas, y donde la lucha entre los distintos grupos en el campo de la propia burguesía fascista es bastante dura, el fascismo no se decide a acabar inmediatamente con el parlamento, y permite a los demás partidos burgueses, así como a la socialdemocracia, cierta legalidad. En otros países, donde la burguesía dominante teme el próximo estallido de la revolución, el fascismo establece su monopolio político ilimitado, bien de golpe ‘y porrazo, bien intensificando cada vez más el terror y el ajuste de cuentas con todos los partidos y agrupaciones rivales, lo cual no excluye que en el momento en que se agudiza de un modo especial su situación, intente extender su base para combinar —sin alterar su carácter de clase— la dictadura terrorista abierta con una burda falsificación del parlamentarismo. (Dimitrov, 1972, pp.182-183)

Em concordância com Marx (1979) em *Crítica ao programa de Gotha*, onde o “Estado atual” muda de acordo com a fronteira de cada país e com a tese dos “elos mais fracos” do capital contida em *O imperialismo* de Lenin (1984)¹⁸, Cueva fornece a compreensão de analisar o fascismo dentro dos marcos do desenvolvimento desigual do capitalismo a nível mundial, não através do esquema mecânico (países desenvolvidos x países subdesenvolvidos), mas como processos de

¹⁸ Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>>, acesso em: 01/08/2019.

desenvolvimento heterogêneo, em que o Estado pode nesses “elos mais fracos” tomar determinadas formas mais avançadas e complexas, sem que se amadureçam as formas econômicas mais desenvolvidas sob a perspectiva das forças produtivas.

Para Cueva a América Latina consistiria em um desses “elos mais fracos” do capitalismo mundial nos tempos de imperialismo. Diferentemente da Europa um dos “elos fortes” onde o sistema conta com determinadas “reservas” para estancar os efeitos sociais e políticos das crises, de tal modo que as burguesias desses “elos” podem continuar apresentando-se como “hegemônica” mesmo quando permitem escapar determinados aparelhos do Estado para classes antagônicas (sem deixar descarretar em processos revolucionários que comprometam a hegemonia), nas “zonas periféricas” como a América Latina, onde qualquer situação de crise econômica e/ou política conduz a situações objetivas de rupturas, acentua-se a radicalidade das classes subalternas na possibilidade revolucionária.

Desse modo, Cueva sinaliza que o fascismo na América Latina é um sintoma do desenvolvimento desigual das contradições do sistema capitalista, e antes de se avaliar os fatores externos do fascismo na América Latina, deveria buscar-se a dinâmica interna dos “elos mais fracos” do imperialismo nos momentos de crise internacional.

Assim, Cueva apontava que não existe um “modelo” econômico fascista. Para ele o fascismo é uma categoria política. No entanto, existe uma política econômica do fascismo em exercício de sua dominação. Nessa o terror fascista permite acelerar o cumprimento de determinadas tarefas econômicas “obstruídas” pelas lutas de classes e a implementação de algumas políticas econômicas reacionárias atreladas ao capital monopólico necessita de uma boa dose de terror.

O fascismo na América Latina acelera e aprofunda até o limite a acumulação do capital baseada na remuneração do trabalho abaixo de seu valor histórico. Aqui Cueva vai ao encontro do conceito de superexploração de Marini, ainda que fosse crítico do seu uso¹⁹. Podemos negociar essa contribuição de Cueva atualizando-a como possibilidade de pensar o fascismo na América Latina, para o qual uma das tarefas poderia ser a exacerbação da superexploração.

Para Cueva o fascismo ainda teria a incumbência de acelerar o processo de concentração e centralização do capital na formação social em que é implementado, reordenando a estrutura industrial e logo a composição orgânica do capital, implicando num reordenamento do próprio bloco político de poder burguês.

¹⁹ Cueva foi defensor da corrente endogenista do marxismo, ou seja, que pondera os fatores internos na explicação dos fenômenos históricos e sociais, e criticava o conceito de superexploração em Marini, ao que considerava como nada mais que sinônimo de pauperização. Ver: Cueva (1979) e Luce (2018, pp. 145-146).

Desse modo, o fascismo na América Latina ocupa ainda o lugar de precipitar o processo de transnacionalização das economias. Transnacionalização essa que para Cueva não significa “suicídio” das burguesias monopolistas locais, mas sim a possibilidade de estabelecer melhores condições relativas de extração de mais-valor.

Aqui Cueva vai ao encontro outra vez, de Marini, quando esse autor resgata a tese da Interdependência Continental de Castelo Branco e de Costa e Silva (formado pela Fort Benning e chefe da SNI), na qual defendiam que o Brasil deveria aceitar passivamente o papel subalterno no continente dada sua impossibilidade de superar os EUA como potência hegemônica continental, preferindo dessa forma uma associação com o imperialismo em que em contrapartida poderia obter um reconhecimento de “quase” monopólio na América do Sul, “quase” devido as pretensões históricas de subimperialismo argentino (Marini, 2000a, p. 59).

Logo o fascismo na América Latina não se vincularia a uma “burguesia burocrática” como nos casos clássicos europeus, mas sim a uma fração monopolista interna associada ao capital transnacional. Cueva retoma aqui a importante contribuição de Eberhardt Hackethal (1976, pp. 181-186) em pensar as ditaduras que assolaram a América Latina após a crise eclosão da crise de 1929, como o Estado Novo no Brasil ou o período da Década Infame na Argentina. Foram ditaduras de tipo de Estado burocrático-autoritário, pois ainda que usassem métodos fascistas e nutrissem algum tipo de simpatia pelo nazifascismo, essas ditaduras não se apoiavam em elementos monopolistas da burguesia local, e eram muito mais resultado da deformação do desenvolvimento capitalista interno e da correlação de forças das classes exploradoras.

Para Cueva o fascismo na América Latina ocupou o ascenso inequívoco da consolidação de um capitalismo monopolista de Estado, supondo uma redefinição das funções econômicas do Estado, ainda que esse papel centralizado na política de terror estatal pudesse significar a transição de empresas públicas para a privatização em benefício do capital transnacional, desmantelando as políticas de “gastos públicos”, mesclando a face autoritária do Estado com a política econômica ultraliberal. Vale aqui lembrar do caso da ditadura do Processo de Reorganização Argentina (1976-1983), como fruto do fracasso dos golpes da Revolução Libertadora (1955) que derrubou Perón e a ditadura autointitulada Revolução Argentina (1966), que tentou repetir o modelo golpista brasileiro de 1964. A ditadura inaugurada em 1976 se apoiou fundamentalmente em dois pilares: na reorganização econômico-social do país através de uma política de desindustrialização e na liquidação física do movimento popular e revolucionário. Rearranjo esse que resultou na maior dívida externa *per capita* do mundo, forjando na classe dominante uma idealização de um país da *belle époque* portenha (1880-1920), baseada na exportação de carnes e cereais buscando reconstituir um

país bucólico e idílico, sem excesso de população, sem agitação social e importando tudo que necessitasse (Moniz Bandeira, 2014, p.292).

Por fim, Cueva apontava naquele momento de 1978, que as derrotas impostas pelo fascismo na América Latina aos grupos políticos populares e/ou revolucionários conduziam a modificações na organização tática e estratégica das esquerdas, levando também diversos agrupamentos políticos à capitulação com as ilusões “eurocomunistas” e de “democracia como valor universal”, rejeitando as saídas de rupturas e superação revolucionárias, o que James Petras intitularia de metamorfose dos intelectuais latino-americanos e que Luiz Carlos Prestes chamaria de “defesa de democracia abstrata e acima das classes sociais”²⁰, dentro do contexto de transições às “democracias governáveis”, questão que iremos retomar nas considerações finais.

Entremos agora na contribuição de Ruy Mauro Marini e sua importante conceituação de Estado de Contrainsurgência. Marini começava sua exposição atentando ao caráter das ditaduras militares como um processo ramificado em três vertentes que assume a contrarrevolução na América Latina desde a Revolução Cubana (1959) e que apresenta sua primeira forma sob o governo de Rómulo Betancourt na Venezuela, também em 1959.

A primeira vertente da Contrarrevolução latino-americana está no contexto da mudança da estratégia global norte-americana entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, em que as vitórias de processos revolucionários como Argélia, Congo, Cuba, Vietnã, estabeleceram um maior equilíbrio geopolítico na bipolaridade da Guerra Fria (EUA x URSS), tornando necessária a modificação das doutrinas militares por parte de Washington. Nesse contexto se realizou um amplo contingente de transplantação de mecanismos militares e forças convencionais para a América Latina, e seriam criados corpos especializados em guerras não convencionais como os Boinas Verdes (1952). Nascia nesse contexto a Doutrina de Contrainsurgência ancorada em três aspectos: aniquilamento dos adversários, conquista de bases sociais e institucionalização da doutrina.

Na Doutrina de Contrainsurgência, o aspecto do aniquilamento político, conduziria a uma luta política com enfoque militar, semelhante ao fascismo, na qual o inimigo não deveria ser apenas derrotado, mas aniquilado fisicamente. Tal Doutrina via os movimentos revolucionários e/ou insurgentes como um câncer a ser extirpado, suprimido, aniquilado. Porém diferentemente do fascismo clássico, a Contrainsurgência não questiona em nenhum momento a validade da democracia burguesa. Almeja apenas sua limitação ou suspensão enquanto a subversão deve ser aniquilada. Mediante a reconquista de bases sociais, se deve marchar à fase da institucionalização, restabelecendo a democracia burguesa, após a saúde do organismo social infectado ter sido recuperada.

²⁰ “Cf. Petras (1988, pp. 81-86) e Prestes (1980).”

A segunda vertente da Contrarrevolução latino-americana se realiza como razão da transformação estrutural das burguesias *criollas* em blocos políticos dominantes, nos quais passam a integrar-se economicamente com o sistema de produção imperialista, descarretando num afunilamento das lutas de classes na América Latina. Essa integração corresponde junto à superexploração da força de trabalho, à centralização do capital em um polo da sociedade e à crescente proletarização da pequena-burguesia e dos setores médios.

Esse marco da vertente contrarrevolucionária conduz necessariamente a uma ruptura da política de “Estado de toda burguesia”, que foi um modelo clássico de modernização dos países latino-americanos após a crise de 1929, e de instauração das políticas de substituição de importações e de aliança entre latifúndio e indústria, intermediada pelo Estado. Política essa que possibilitava a acumulação de todas as frações burguesas, ainda que em desigualdade. Porém nessa nova fase de hegemonia oligopólica estadunidense no pós-1945:

las demás fracciones burguesas deben subordinarse a la burguesía monopólica, quedando su desarrollo en estricta dependencia del dinamismo que logre el capital monopólico, mientras que la pequeña burguesía, aunque sin dejar de ser privilegiada en la alianza de clases en que reposa el nuevo poder burgués, es forzada a aceptar una redefinición de su posición, pierde importancia política y queda, ella también, totalmente subordinada, con sus condiciones de vida vinculadas a las iniciativas y al dinamismo de la burguesía monopólica. (Marini, 1978, p. 30)

A terceira vertente da Contrarrevolução se realizou justamente como resposta à radicalização dos movimentos “populistas” ou policlassistas, ao entrar em contradição com o imperialismo, devido a acentuação do nacionalismo comprometendo em alguma medida o padrão de exploração da mais-valor na região (superexploração). Processos como a Revolução Boliviana em 1952, Revolução Guatemalteca entre 1944-1954, os governos Peronistas na Argentina entre 1946-1955, o governo democrático de Vargas entre 1951 e 1954, e o auge na Revolução Cubana que declararia seu caráter marxista-leninista em 1961, sinalizaram o ascenso dessa vertente contrarrevolucionária, principalmente devido às brechas permitidas nesses estados de “toda nação” à politização, participação e mobilização dos movimentos operários e camponeses, assim como o aumento da influência da pequena-burguesia intelectual progressista.

Diferentemente do fascismo europeu que aglutinou uma ampla massa da pequena-burguesia, de outros setores médios e de parte importante da superpopulação relativa (desempregados e operários sem atividade), a burguesia monopólica na América Latina não reunia qualquer apoio de massas que lhe permitisse

enfrentar nas urnas ou nas ruas o movimento popular. Por isso utilizou-se do aparelho estatal para implementar através da força suas pautas econômicas. Contudo, as camadas burguesas não monopólicas apesar de em alguma medida prejudicadas com o caráter que o Estado toma na América Latina, não deixam de apoiar sua política contrarrevolucionária pois a mesma doutrina é a síntese das relações de exploração em que essa burguesia garante sua sobrevivência.

Marini definia o Estado de Contrainsurgência como o Estado Corporativo da burguesia monopólica e das forças armadas, independente de regime político ter uma forma “democrática” ou ditatorial. Desse modo esse tipo de Estado que se desenvolveu através das ditaduras que se sucederam após 1964 com o golpe no Brasil, apresentava algumas similitudes com o Estado Fascista. Porém sua peculiaridade era resultante da essência corporativa e da estrutura de funcionamento que dali surgia. Para Marini chamar o Estado simplesmente de fascista não fazia avançar a compreensão de suas particularidades e seu significado.

Em 1978 Marini ressaltava que a contrarrevolução (ao menos no Brasil) entrava em sua fase de institucionalização (terceira fase). Ou seja, já havia passado pelas fases do aniquilamento político dos adversários (torturas, mortes e expulsões da pátria), assim como fundamentado sua base social de apoio, na consolidação do caráter subimperialista do Brasil. Conectado às modificações estratégicas tanto no centro imperialista, quanto na periferia do capital, Marini atentava à necessidade de legitimação de dominação norte-americana que conduzia às ditaduras às “democracias governáveis”.

Na época sinalizava a tutela da transição por um quarto poder, exercido pelas forças armadas, perspectiva que se demonstrou correta desde a lenta e gradual transição que somente seria completada nas eleições presidenciais de 1989, que conduziram o neoliberalismo ao caráter de política de Estado. Outra questão que retomaremos nas considerações finais.

A contribuição de Theotonio dos Santos ao debate no *Cuadernos Políticos*, se limitava a uma breve diferenciação conceitual entre fascismo como movimento político e fascismo como regime político. No entanto, o mesmo autor um ano antes (1977) havia publicado uma seminal obra sobre a questão do fascismo na América Latina sob a perspectiva da teoria marxista da dependência, ainda se debruçando sob uma profunda caracterização da especificidade do bonapartismo nesse tipo de formação social. A obra se chama *Socialismo ou fascismo*.

Nessa obra Theotonio dos Santos divide o fascismo em duas vertentes: uma expansionista e outra defensiva. A primeira é o modelo clássico aplicado principalmente ao nazismo alemão, apoiado no grande capital, onde essa burguesia, após ter esgotado todas as possibilidades apoia o aventureirismo de movimentos calcados na pequena-burguesia e na classe média, (ojeriza a possibilidade futura de proletarização), e estabelece um regime calcado em pretensões expansionistas do seu capital, na política do terror e da ideologia irracionalista.

Em outros países mais atrasados, como Itália, Portugal e Espanha, o fascismo teria tomado sua forma defensiva, através de um sistema corporativo, com o objetivo de se defender do capital estrangeiro e manter sua política colonial, tentando expandir sua indústria através da política da guerra. O fascismo em ambas as vertentes não aplica *ipsis litteris* as ideias confusas e demagógicas dos movimentos que lhe dão origem, pois não conseguiria sobreviver baseado no irracionalismo. Desse modo, como qualquer processo político, é fruto de pragmatismo e não se diferencia essencialmente do Estado liberal, ainda que sua forma seja diferente, visando eliminar a distinção entre sociedade civil e Estado (Santos, 2018, pp. 311-312). No Brasil e na América Latina como um todo o fascismo teria esse caráter defensivo, ou também poderia ser chamado de fascismo dependente.

Theotonio dos Santos ainda ressalta o importante papel que o Brasil passa a ocupar na geopolítica do subcontinente latino-americano, após 1964, como base de apoio a política regional dos EUA, como na ocupação em Santo Domingo em 1966 protagonizado pelo Brasil e a exportação do modelo de golpe, quando na Argentina também em 1966, ascende o governo militar de Onganía ditadura que fracassa frente a encarniçada resistência e organização popular, simbolizada principalmente pelo *Cordobazo* (1969), as atividades guerrilheiras de grupos como a *Acción Revolucionária Peronista* (ARP), o *Ejército Revolucionário del Pueblo* (ERP), os *Montoneros* e o forte aparato sindical. Ainda em 1971 o Brasil ocuparia o protagonismo no golpe na Bolívia, que conduziu o general Banzer à chefia do Estado, e apoiaria ainda os trágicos acontecimentos no Chile em 11 de setembro de 1973, e o novo golpe na Argentina em 1976, autoproclamado Processo de Reorganização Nacional, implantando uma política de extermínio ampliado devido ao fracasso dos golpes de 1955 e 1966 (*ibidem*, pp. 80-81).

Naquela conjuntura de 1977, Theotonio dos Santos não via como passageiros os regimes de direita em vigor na América Latina. Para realizar uma transição a um processo “democrático” seria necessário eliminar todos os perigos que levaram à ascensão do movimento popular no período dos anos 1950-60. Entretanto, Theotonio dos Santos não colocava a contrarrevolução instalada desde 1964 como igual ao fascismo, ainda que pudesse chegar a esse caráter. Ainda mais considerando que o fascismo poderia significar a exacerbação de uma saída bonapartista.

Como complemento é importante resgatar o conceito de *cesarismo* em Gramsci, que em muito dialoga com a ideia do fascismo como bonapartismo exacerbado. Vejamos quando Gramsci sintetiza o cesarismo através da crise orgânica dos partidos políticos:

Num determinado momento de sua história, os grupos sociais se afastam dos seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais com uma determinada forma de organização. Com determinados ho-

mens que os constituem representam e dirigem, não são mais reconhecidos como expressão própria de sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de poderes ocultos, representados pelos homens providenciais ou carismáticos (...)

A crise cria situações imediatas perigosas, pois as diversas camadas da população não possuem a mesma capacidade de orientar-se rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal preparado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia, com uma rapidez maior do que se verifica entre as classes subalternas. Talvez faça sacrifícios., exponha-se a um futuro sombrio com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-a momentaneamente e serve-se dele para esmagar a adversário e desbarata seus dirigentes, que não podem ser muitos e adequadamente preparados. A unificação das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um partido cívico, que representa melhor e encarna as necessidades de toda a classe, é um fenômeno orgânico e normal, mesmo se o seu ritmo rápido e fulminante em relação aos tempos tranquilos: representa a fusão de todo um grupo social sob uma só direção, considerada a única capaz de resolver um problema existencial dominante e afastar um perigo mortal. Quando a crise não encontra esta solução do chefe carismático, isto significa que existe um equilíbrio estático (cujos fatores podem ser desprovidos, mas nas quais prevalecem a imaturidade das forças progressistas); significa que nenhum grupo, nem o conservador nem o progressista, dispõe de força para vencer e que também o grupo conservador tem a necessidade de um patrão. (Gramsci, 1968, pp. 55-56.)

Desse modo, levando em consideração as possibilidades do fascismo como uma forma de bonapartismo exacerbado e do conceito de *cesarismo* em Gramsci, podemos ter como ideia que a grande burguesia se aproxima dos movimentos fascistas quando esses demonstram força e as classes dominantes não encontram outra saída para a crise. Impulsionam esses movimentos apoiados na pequena-burguesia e mudam seu caráter, sendo ocupados pelo programa alinhado aos interesses da grande burguesia, que na América Latina é o imperialismo associado a grupos nacionais. Dessa forma o fascismo latino-americano somente pode ser defensivo, basicamente para impedir a revolução popular ou programas econômicos que vão contra os interesses da aliança dos grupos associados ao capital imperialista.

De todo modo o fascismo defensivo de realidades como Brasil e Argentina, também poderia se relacionar com a preservação de suas disputas em torno da hegemonia no Cone Sul. Porém como coloca Theotonio dos Santos esses países sequer conseguem hegemonizar suas economias internas, pois já iniciariam seu desenvolvimento industrial em momento que os países desenvolvidos já possuíam alta concentração orgânica de capital.

Considerações finais

James Petras (1988) em um celebre artigo publicado no final dos anos 1980 intitulado *La metamorfosis de los intelectuales en América Latina*, indicava que as ditaduras ocuparam um papel importante na modificação do mundo intelectual através de táticas empregadas que já citamos na introdução desse artigo. Para além disso essas mesmas ditaduras moldaram um novo campo intelectual atrelado a organizações de financiamento de pesquisa desde Europa, EUA e Canadá, onde a centro-esquerda, diga-se, correntes liberais e social-democratas de formação eurocêntrica passaram a ocupar lugar de destaque nas universidades latino-americanas.

Sobre a chamada transição democrática, Ruy Mauro Marini teve a ousadia de situar como a nova fase da Contrainsurgência, que transitava na sua opinião para um estágio da institucionalização da Contrarrevolução através da formação de “democracias governáveis”, implicava diretamente a perspectiva que a nova esquerda oriunda desse processo histórico passaria a ter do contexto das ditaduras.

Petras avaliava que o primeiro tipo de assistência econômica externa nas universidades dentro do contexto de transição democrática foi dirigida à crítica aos modelos econômico das ditaduras e à denúncia das violações dos direitos humanos pelos militares. A segunda onda se dirigiu aos estudos dos movimentos sociais e a terceira onda aos processos de democratização. Petras avaliava que os estudos se encaixavam num esquema comum: nos traços repressivos das ditaduras e não nos vínculos econômicos entre os militares e as elites empresariais da Europa Ocidental e dos EUA. A violência de Estado nessa perspectiva, qualificava-se sob a ótica da violação dos direitos humanos, não como expressão do domínio de classe, da eliminação física do adversário nas lutas de classes. A questão desde então passava a ser simplificada entre democracia liberal e ditadura militar, dissociando a estrutura de classe do poder ditatorial, promovendo na análise o divórcio entre Estado e sociedade civil. Tal condição acabava por criar um embate na academia que se reduziria em intelectuais orgânicos (tidos como ultrapassados) e intelectuais institucionalizados, condicionados às exigências dos financiadores.

A imagem traçada acima por Petras é exemplificada no retorno de Ruy

Mauro Marini ao Brasil após a anistia em 1979. Marini em seu Memorial (1990), escrito com finalidade acadêmica para ascensão de carreira na Universidade de Brasília (UnB), chegaria à conclusão que no momento de seu regresso ao Brasil (definitivo em 1984) se acentuou o “isolamento cultural(...) lançando-se a um consumo compulsivo das ideias em moda nos Estados Unidos e na Europa” (MARINI, 2011, pp. 113-114). E ainda:

Ocorreu no país um fenômeno curioso: intelectuais de esquerda, que chegavam a ocupar posições em centros acadêmicos, ou que os criavam com o fim precípua de ocupar posições, estabeleciam à sua volta uma rede de proteção contra o assédio da ditadura e utilizavam sua influência sobre a destinação de verbas e de bolsas para consolidar o que haviam conquistado, atuando com base em critérios sumamente grupais. Entretanto, o que aparecia, originalmente, como autodefesa e solidariedade tornou-se, com o correr do tempo – principalmente ao ter início a desagregação do regime, em fins dos anos 1970, uma vocação irresistível para o corporativismo, a cumplicidade e o desejo de exclusão de todo aquele qualquer que fosse sua conotação política – que ameaçasse o poder das pessoas e grupos beneficiários desse processo. Por outra parte, o ambiente fechado que sufocava o país resultava proveitoso para os que nele podiam entrar e sair livremente, monopolizar e personalizar as ideias que floresciam na vida intelectual da região, adequando-as previamente aos limites estabelecidos pela ditadura. Nesse contexto, a maioria da intelectualidade brasileira de esquerda colaborou, de maneira mais ou menos consciente, com a política oficial, fechando o caminho à difusão dos temas que agitaram a esquerda latino-americana na década de 1970, marcada por processos políticos de grande transcendência e concluída com uma revolução popular vitoriosa. (Marini, 2011, pp. 114-115)

A citação acima é importante para refletir sobre o desconhecimento da teoria marxista da dependência no Brasil, assim como a prática de claudicar em conceituação e análise estrutural e conjuntural das particularidades da sociedade brasileira e ruminar sobre a desconexão intelectual da academia brasileira com as contribuições de grande parte do pensamento social e crítico latino-americano, que, por fim, implicam incorreções táticas e estratégicas que se repetem, assim como o uso de categorias como fascismo, populismo, colonialismo etc, que apesar de possuírem forte teor emotivo, também conduzem a erros de avaliação sobre a realidade concreta.

Retomar conceitos como de Estado de Contrainsurgência e as especificidades que podem adquirir os Estados de exceção na América Latina, em especial

o fascismo na região, conduz a interpretações mais ricas e complexas para além das preocupações conjunturais, onde se acentua a superexploração da força trabalho e os revezes das políticas neoliberais, que rondam sazonalmente nos países de capitalismo dependente. Cumpre ainda a tarefa de recuperação de um pensamento original autóctone, criativo e não colonizado formulado desde os “elos mais fracos” do capital, resgate que além de abrir possibilidades de potencialização da *práxis*, também pode incrementar culturalmente e intelectualmente a autoestima dos povos.

Marini pensava em 1978 numa nova fase do Estado de Contrainsurgência onde as forças armadas desempenhariam um papel de tutela na transição as “democracias governáveis” se constituindo como um Quarto Poder. Se torna necessário uma atualização de quais são exatamente os poderes excepcionais nas novas contrainsurgências que ascendem na América Latina na última década. Sobretudo com a ampla infiltração nos aparatos judiciários, semelhante ao papel que desempenhou a cooperação Condor na articulação das forças armadas das ditaduras latino-americanas nos 1960-70 intermediado pela inteligência dos EUA, a exemplo do *Projeto Pontes* denunciado pelo Wikileaks em 2009²¹, assim como a atuação desempenhada pelos monopólios midiáticos, sejam eles os tradicionais ou redes sociais.

A crise do capital eclodida em 2008 possui características diferenciadas, pois além dos aspectos cíclicos das crises capitalistas, possui um carácter fundamentalmente orgânico (Bevilaqua, 2015). Ou seja, se revela como crise do valor devido a alta composição orgânica de capital nos países imperialistas, de modo que se tornou necessário mirar-se novamente em processos de ingerência estrangeira visando acentuar o grau da superexploração da força de trabalho como forma de compensação dessa crise e assim extrair uma maior massa de mais-valor desde os países dependentes até os centros imperialistas. Nesse contexto é necessário uma reatualização no conceito de Estado de Contrainsurgência, onde devem ser compreendido além da nova fase do capital, e conseqüentemente o carácter da crise do capital, as novas doutrinas de dominação imperialista, sobretudo a chamada *full-spectrum dominance*²² e a atual fase da dependência latino-americana.

²¹ Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA1282_a.html>, acesso em: 22/08/2019.

²² Segundo o Moniz Bandeira (2016) *full-spectrum dominance* consiste na doutrina fundamental de política exterior dos EUA formulada pelos chamados neocons (neoconservadores) do Partido Republicano após o colapso da URSS, e implantada como política de Estado durante o governo de George W. Bush (2001-2009) com a invasão do Afeganistão e do Iraque. Essa doutrina consiste no domínio militar total nos espectros terrestres, marítimos, aéreos e espaciais, cujo o desenvolvimento desemboca nas chamadas “revoluções coloridas”, sob aparatos de guerras psicológicas e culturais, de modo que essa se desdobra sobre o espectro da restrição/anulação das soberanias dos Estados nacionais, instituindo uma governança global, apoiado num aparato de monopólio global da violência (global cop), sob a institucionalidade da OTAN.

Por outro lado, a questão deve ser complexificada através de estudos rigorosos para que não se perca pelas urgências conjunturais, sendo necessário buscar contribuições que transcendam a aplicação de modelos clássicos sobre os estudos do Estado, em especial dos Estados em seu caráter de exceção, contrarrevolucionários e/ou fascistas. Sendo primordial o trabalho de resgate de uma ampla gama de debates realizados desde uma perspectiva latino-americana, não para substituir o eurocentrismo por uma nova proposta de centrismo, mas para que seja possível formular desde as singularidades de cada região e, por conseguinte, examinar como os fenômenos globais apresentam suas particularidades para realidades socioeconômicas distintas.

Referências

- BEVILAQUA, Aloisio Pampolha, “A crise orgânica do capital: o valor a ciência e a educação”, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2015.
- CUEVA, Augustín, “Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia”, In: CUEVA, Augustín, “Teoría social y procesos políticos en América Latina”, México: Edicol, 1979, pp. 15-39.
- DIMITROV, Georgi, “Selección de trabajos”, Buenos Aires: Estudio, 1972.
- GARCIA, Pio, CUEVA, Augustin, MARINI, Ruy Mauro e SANTOS, Theotonio dos, “La cuestión del fascismo en América Latina”, In: Cuadernos Políticos, nº18, México, D.F: Editorial Era, outubro-dezembro de 1978, pp. 13-34.
- GRAMSCI, Antonio, “Maquiavel, a política e o Estado Moderno”, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HACKERTHAL, Eberhardt, “Fascismo y lucha antifascista”, In: Nueva Política, nº1, México, D.F: Fondo de Cultura Económica, janeiro-março de 1976, pp. 181-186.
- KOHAN, Nestor, “Golpe de Estado em Bolívia: debates pendientes y silencios cómplices”, Revista Espolier, Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, novembro de 2019 In: <<https://www.lahaine.org/mundo.php/golpe-de-estado-en-bolivia-2>>, acesso em: 16/11/2019.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch, “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>, acesso em: 01/08/2019.
- LUCE, Matias Seibel, “Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica”, São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MARINI, Ruy Mauro, “A new face of counterrevolution”, México, D.F: UNAM, 1977, disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/345_new_face_counterrevolution.pdf>, acesso em: 22/08/2019.
- _____, “Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil”, In: SADER, Emir (org.) “Dialética da Dependência, uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini”, Petrópolis/Buenos Aires: Vozes/CLACSO 2000, pp.11-103.

- _____, “Dialética da Dependência” In: SADER, Emir (org.) “Dialética da Dependência, uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini”, Petrópolis/Buenos Aires: Vozes/CLACSO 2000, pp.105-165.
- _____, “As Razões do Neodesenvolvimentismo”, In: SADER, Emir (org.) “Dialética da Dependência, uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini”, Petrópolis/Buenos Aires: Vozes/CLACSO 2000, pp. 167-241.
- _____, “Memória: Por Ruy Mauro Marini”, In: TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (orgs.), “Ruy Mauro Marini: Vida e Obra”, São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp. 55-128.
- MARX, Karl, “Os 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____, “Crítica del programa de Gotha”, Moscou: Progreso, 1979.
- _____, “O Capital. Crítica da Economia Política, vol.1, Livro 1”, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MONIZBANDEIRA, Luiz Alberto, “Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente”, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.
- _____, “Brasil, Argentina, Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007”, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.
- _____, “A Desordem mundial. O espectro total de dominação: Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias”, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- NATIONAL-GEOGRAPHIC PORTUGAL, “Lítio na Bolívia: A Febre do Ouro Branco”, In: <<https://nationalgeographic.sapo.pt/ciencia/grandes-reportagens/2042-litio-na-bolivia-a-febre-do-ouro-branco>>, acesso em: 13/11/2019.
- PETRAS, James, “La metamorfosis de los intelectuales en América Latina” In: Estudios Latino-Americanos, México, D.F: UNAM, vol.2, nº5, 1988, pp. 81-86.
- PRENSA LATINA, “Honduras um de los países más violentos de Centroamérica, segun ONU”, disponível em: <<https://www.prensa-latina.cu/index.php?o=rn&id=289619&SEO=honduras-uno-de-los-paises-mas-violentos-de-centroamerica-segun-onu>>, acesso: 23/08/2019.
- PRESTES, Luiz Carlos, “Carta aos comunistas”, São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- RT EN ESPAÑOL, “EE.UU impone nuevas sanciones contra Cuba, Nicaragua y Venezuela”, disponível em: <<https://actualidad.rt.com/actualidad/312045-eeuu-imponer-nuevas-sanciones-cuba-venezuela>>, acesso: 28/08/2019.
- SANTOS, Theotônio dos Santos, “Socialismo ou fascismo: O novo caráter da dependência e o dilema latino-americano”, Florianópolis: Insular, 2018.
- SERRA, José e CARDOSO, Fernando Henrique, “As desventuras da dialética da dependência” In: Estudos Cebrap, São Paulo, n. 23, p. 33-80, 1979.
- UNICEF, “Erradicar la pobreza extrema y el Hambre” (2019), disponível em: <<https://www.unicef.org/ODM1.pdf>>, acesso em 27/08/2019.

WIKILEAKS, “BRAZIL: ILLICIT FINANCE CONFERENCE USES THE “T” WORD, SUCCESSFULLY” disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/09-BRASILIA1282_a.html>, acesso em: 22/08/2019.

Recebido em 2 de setembro de 2019
Aprovado em 23 de novembro de 2019